

Acusado de matar Dorothy nega envolvimento com o crime

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, negou qualquer participação no assassinato da missionária Dorothy Stang, em fevereiro de 2005. O acusado afirmou que não tramou ou determinou que a religiosa fosse morta pelo pistoleiro Rayfran das Neves Sales, o Fogoió, condenado a 27 anos de prisão e que estava presente ao julgamento, desta segunda-feira (14/5), como sua testemunha de defesa.

Bida negou ainda relação com o intermediário do crime, Amair Feijoli da Cunha, o Tato, condenado no ano passado a 18 anos de prisão, mas que teve a pena reduzida por colaborar com a Justiça. Bida começou a ser julgado nesta segunda-feira e a sentença deve ser anunciada provavelmente na tarde desta terça. As informações são da *Agência Estado*.

Durante seu depoimento, Fogoió isentou o réu de qualquer envolvimento na morte, dizendo que embora tivesse se escondido na propriedade de Bida e dele tenha recebido comida, juntamente com o outro acusado, Clodoaldo Batista, nunca tratou do assassinato. “Matei porque me senti ameaçado pela freira. O Bida não tem nada com isso”, resumiu. A Promotoria disse que, pela oitava vez, Fogoió contava uma nova versão do crime.

Bida declarou ao juiz Raimundo Moisés Alves Flexa, que o interrogou durante duas horas, ter comprado uma fazenda de Cunha em Anapu, embora “não tivesse nenhuma amizade com ele”. Ele afirmou em seguida que não estava foragido, mas que temia pela sua vida. “Foi por isso que me entreguei”, salientou o réu, acrescentando que nunca elaborou qualquer plano de fuga.

Advogados do acusado

Os advogados Américo Leal e Eduardo Imbiriba, defensores de Bida, disseram não existir provas suficientes para condená-lo. Para eles, o réu não tinha interesse em matar a missionária, apesar de Dorothy “incentivar a prática de crimes” na região.

Citam como exemplo o fato de pouco antes do crime ter sido protocolada uma ação do Ministério Público de Altamira contra a vítima por porte ilegal de arma, formação de quadrilha e outros crimes. A acusação contra Bida feita na polícia pelos acusados Rayfran Neves e Clodoaldo Batista, dizem os advogados, teria sido obtida por “meios ilegais”.

O promotor Edson Cardoso, responsável pela acusação, disse que a versão de Bida era muito frágil e não se sustentava “nem por um minuto de análise”. “A verdade está começando a surgir aos poucos. No primeiro momento, os executores não apareceram, mas quando eles se viram sozinhos, apareceram e começaram a contar o que sabiam”, resumiu Cardoso. Anunciou que pediria a pena máxima de 30 anos de prisão para o fazendeiro.

Reconstituição do crime

O primeiro dia do julgamento serviu também para apresentação de um vídeo com a reconstituição do crime, feito pelo Centro de Perícias Renato Chaves. A defesa apresentou fotos de manifestações contra a

missionária em Altamira. O protesto foi realizado um ano antes do assassinato e foi comandado da tribuna da Câmara Municipal por vereadores que chegaram a chamar a freira de “satanás da Transamazônica”.

Três testemunhas da acusação foram ouvidas pelo juiz Flexa. A primeira foi o delegado da Polícia Federal Ualame Machado, que participou das investigações. Perguntado pela defesa sobre a existência de um suposto consórcio de fazendeiros para o financiamento do assassinato da missionária, Machado disse que nada ficou provado durante as investigações. O delegado confirmou as declarações de Amair Feijoli (Tato), sobre o envolvimento do fazendeiro no assassinato.

O delegado Valdir Freire, que à época do crime dirigia a Divisão de Investigações e Operações Policiais (Dioe), confirmou a declaração de Machado, afirmando que a Polícia Civil não confirmou a associação de fazendeiros da região para matar a freira. “Quem falou em consórcio foi a imprensa”, explicou Freire.

Manifestações

A missionária norte-americana Roberta Lee, que trabalhou com Dorothy, informou que conhecia a vítima desde 1966. “O trabalho dela sempre foi em favor dos menos favorecidos”, disse, ressaltando que a preocupação da freira era com o desenvolvimento sustentável da Amazônia para que a floresta produzisse emprego e renda para agricultores e ribeirinhos.

Lee negou que Stang distribuísse armas para os colonos do PDS de Anapu. “O que ela distribuía eram cestas básicas, fornecidas pelo Incra”. Também afirmou que a vítima recebia muitas ameaças e que esteve diversas vezes em Belém para denunciá-las, embora recusasse proteção policial, dizendo que a aceitaria se ela fosse extensiva a todos os colonos do PDS.

Durante os depoimentos, do lado de fora do Salão do Júri ocorriam manifestações de 600 trabalhadores rurais, vindos de vários municípios do interior do Pará. Acampados na frente do prédio, eles oravam e pediam a condenação do acusado.

Date Created

14/05/2007